



## OPINIÃO



**ANA PINTO DE MOURA**  
Professora auxiliar na Universidade Aberta, engenheira alimentar pela ESB-UCP e doutorada em Engenharia de Sistemas Industriais, pelo INPL. Investigadora do GreenUPorto e coordenadora do curso de Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar da Universidade Aberta

# RELEVÂNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DA CPLP

De acordo com a FAO, os sistemas alimentares abrangem o conjunto de pessoas, instituições, atividades e materiais, pelos quais os bens provenientes da agricultura, silvicultura ou pesca são produzidos, processados, comercializados e disponibilizados aos consumidores. Compreendem, igualmente, o ambiente político, económico e tecnológico, no qual as diferentes fases se processam.

Na realidade, a industrialização e a especialização da agricultura, do processamento e retalho alimentares promoveram a eficiência ao longo de todo o sistema alimentar, contribuindo para o aumento da disponibilidade e acessibilidade de alimentos variados, a preços razoáveis ao consumidor. No entanto, estas transformações contribuíram, igualmente, para o surgimento das alterações climáticas, nomeadamente, ao nível do aumento das emissões de carbono, bem como da malnutrição, que ocorre quando o aporte de macro e de micronutrientes não atinge ou excede as necessidades metabólicas. De facto, com a globalização, a urbanização e a melhoria do sistema de transportes, a alimentação ocidentalizou-se, com a consequente ingestão de alimentos de elevada densidade energética, ricos em gordura, açúcar e sal, principalmente de origem animal, carnes vermelhas e processadas, mas também cereais refinados, produtos lácteos, açúcares livres e um consumo reduzido de frutas e vegetais e grãos integrais, afastando-se das dietas sustentáveis.

Ora, os sistemas alimentares sustentáveis assumem particular relevância no contexto da CPLP. De acordo com a FAO Portugal sobre o relatório SOFI 2018, nos países da CPLP, entre 2006 e 2017, os índices de desnutrição foram reduzidos, significativamente, em Angola (passando de 54,8% para 23,9% da população), em Moçambique (de 37,0% para 30,5%) e no Brasil (apresentando índices inferiores a 2,5%, em 2014, saindo do Mapa da Fome da FAO). Contaram, também, com reduções em Timor-Leste (31,3% para 27,2%) e Cabo Verde (14% para 12,3%). Por sua vez, o percentual de habitantes desnutridos aumentou levemente na Guiné-Bissau (passando de 24,6% para 26%) e em São Tomé e Príncipe (9,4% para

10,2%). Portugal manteve índices inferiores a 2,5% da população, ao longo do período, e não há dados disponíveis sobre a Guiné Equatorial. Diversos países da CPLP têm alta dependência em agricultura. Entre eles, o relatório observou que em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a prevalência de má nutrição ocorreu concomitantemente a condições de seca extrema. Além da seca, Moçambique e Guiné-Bissau sofreram também com tempestades e enchentes. O SOFI 2018 enfatizou, ainda, que alguns países foram afetados por múltiplas formas de malnutrição. Por exemplo, Angola, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Moçambique apresentaram índices significativos de anemia entre mulheres em idade reprodutiva e crianças com atraso no desenvolvimento. Por sua vez, os índices de obesidade entre adultos continuam a crescer globalmente. Brasil e Portugal são aqueles que apresentam os números mais expressivos: 22,3% e 23,2% dos seus adultos, respetivamente, são obesos. Estes dois países, porém, não são os únicos: todos os demais países da CPLP estão a sofrer duplamente com a desnutrição e crescentes índices de obesidade (<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/pt/c/1169030/>).

Estes dados concorrem com os objetivos estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o ODS 2: até ao ano de 2030, acabar com a fome no mundo (ODS 2, meta 2.1) e com todas as formas de malnutrição (ODS 2, meta 2.2), e estão relacionados com o ODS 4 - "garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" - e o ODS 12 - "garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis".

Muito embora aqueles problemas de saúde decorram de múltiplos fatores, nomeadamente, a existência de conflitos e violência em muitas partes do mundo, a presença de alterações climáticas e crises alimentares (sanitárias e ao nível da segurança alimentar), o combate a todas as formas de malnutrição requer uma abordagem multisectorial que compreenda intervenções complementares na saúde e na educação, sendo que os grupos mais vulneráveis a doenças relacionadas com a alimentação desadequada (como as mulheres, jovens, idosos e agricultores, dependendo do país) são também os mais vulneráveis aos impactos de crises.

---

Neste contexto, os sistemas alimentares assumem, igualmente, um papel relevante neste combate, porquanto influenciam a disponibilidade e a acessibilidade de alimentos variados, nutricionalmente ricos, influenciando também a aptidão dos consumidores em optarem pela prática de uma alimentação saudável.

Assim, para fazer face a esta problemática, a CPLP adotou, em 2012, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), construída em torno de três eixos de intervenção: eixo 1) fortalecimento da governança da SAN; eixo 2) promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis; eixo 3) aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores (<https://www.cplp.org/id-4755.aspx>), destacando-se o contributo da produção e comercialização alimentares de base local/familiar (cadeias curtas) na garantia da segurança alimentar e nutricional das populações. De facto, os agricultores familiares são fundamentais no abastecimento alimentar dos países, tendo um importante papel na sustentabilidade das zonas rurais, na produção diversificada de alimentos saudáveis e seguros e na melhoria das condições de vida da população rural através da criação de emprego e de rendimento. Os agricultores familiares operam sistemas agrícolas diversificados e preservam os produtos alimentares tradicionais, contribuindo tanto para uma alimentação equilibrada quanto para a preservação da agrobiodiversidade do mundo. Contudo, estes produtores que alimentam o mundo são um dos grupos sociais mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional (<https://www.cplp.org/id-4873.aspx>).

Esta questão é premente no contexto da CPLP, considerando que os produtores familiares agrícolas representam, em média, mais de 75% das explorações agrícolas, sendo responsáveis por cerca de 80% dos alimentos consumidos, facto que levou a CPLP a desenvolver um conjunto de Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados membros, que visam *"ampliar o reconhecimento deste sector e o seu fortalecimento mediante políticas de acesso aos recursos naturais, de garantia do direito à terra e aos territórios, de apoio à produção, tecnologia e serviços, de promoção da autonomia das mulheres rurais, de inserção da juventude, de protecção social e de acesso a serviços públicos"* (<https://www.cplp.org/id-4873.aspx>).

É nesse sentido que surge a Pós-graduação em Sistemas Alimentares Sustentáveis, da Universidade Aberta, com o apoio da FAO, que visa, numa abordagem holística, avaliar o papel da alimentação e dos sistemas alimentares na promoção da alimentação saudável e sustentável e no combate à malnutrição, considerando, muito particularmente, o contexto da CPLP. A este propósito, sugere-se a consulta do seguinte link para mais informação sobre o curso [https://portal.uab.pt/alv/cursos\\_alv/pos-graduacao-em-sistemas-alimentares-sustentaveis/](https://portal.uab.pt/alv/cursos_alv/pos-graduacao-em-sistemas-alimentares-sustentaveis/).